



Sociolinguística de Contato e Política Linguística: propostas de interseções teórico-metodológicas

Mônica Maria Guimarães Savedra

Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1056-9391>

E-mail: msavedra@id.uff.br

Telma Cristina de Almeida Silva Pereira

Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9244-1783>

E-mail: tcaspereira@uol.com.br

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar os resultados de discussões e reflexões a respeito das interseções teórico-metodológicas entre a Sociolinguística de Contato e Política Linguística. Para alcançar esse objetivo, o texto mostra a trajetória de ambos os estudos realizados no Brasil a partir da década de 1990, bem como estudos prévios realizados em outros países. Dentre os marcos citados no curso dessas pesquisas, serão mencionadas as escolhas terminológicas realizadas, alguns dos principais eventos acadêmicos da área, a criação de grupos de trabalho, além de comentar a importância e repercussão que tais empreendimentos tiveram no Brasil, tanto no âmbito científico como no político. Tal repercussão será ilustrada através da seleção de alguns artigos, dissertações e teses escritos pelos pesquisadores do Laboratório de Pesquisa em Contato Linguístico (LABPEC), que ricamente trataram de objetos dentro da temática da Sociolinguística de Contato e Política Linguística. A ênfase no reconhecimento do Brasil como país multi- e plurilíngue, o combate ao preconceito linguístico em todos os níveis, a cooficialização de línguas em municípios brasileiros, a observação e estudo de línguas minorizadas (como as indígenas e de imigrantes) estiveram presentes nos trabalhos citados aqui.

PALAVRAS-CHAVE: Sociolinguística de Contato; Política Linguística; Glotopolítica.



Contact Sociolinguistics and Language Policy: proposals for theoretical-methodological intersections

ABSTRACT

This paper aims to present the results of discussions and reflections concerning the theoretical-methodological intersections between Contact Sociolinguistics and Language Policy. To achieve this goal, the text shows the trajectory of both studies carried out in Brazil since the 1990s, as well as previous studies carried out in other countries. Among the key milestones mentioned in the progress of these studies, the terminological choices made, some of the main academic events in the area, the creation of working groups will be mentioned, as well as commenting on the importance and repercussions that these projects have had in Brazil, both scientifically and politically. This repercussion will be illustrated through a selection of articles, dissertations and theses written by researchers from the Language Contact Research Laboratory (LABPEC) who have brilliantly dealt with objects within the theme of Contact Sociolinguistics and Language Policy. The emphasis on the recognition of Brazil as a multi- and plurilingual country, the fight against linguistic prejudice at all levels, the co-officialization of languages in Brazilian municipalities, the observation and study of minority languages (such as indigenous and immigrant languages) were all present in the works cited here.

KEYWORDS: Contact Sociolinguistics; Language Policy; Glotopolity.

1. “Línguas em/de contato” e “Sociolinguística de contato”

Há 20 anos, os estudos sobre Contato Linguístico (CL) no Brasil foram reunidos em um volume temático, da extinta *Revista Palavra* editada pela PUC-Rio, intitulado *Línguas em contato*. Nesta publicação, os organizadores propuseram o uso da expressão “Línguas em/de contato”, para se referir à perspectiva teórico-metodológica da Sociolinguística que aborda o CL como um processo dinâmico e relativo de fatores identificáveis em diferentes contextos: familiares, sócio-históricos, profissionais e de ensino (SAVEDRA; HEYE, 2003). A partir de então, Savedra e Heye passaram a utilizar essa expressão, para definir e catalogar estudos que tratam de aspectos sociolinguísticos e políticas de línguas minoritárias. No trabalho de 2006, os autores confirmam a escolha da expressão “Línguas em/de contato” aplicada desta vez aos estudos sobre bilinguismo.

Nesse estudo, os autores afirmam que os primeiros trabalhos considerados sociolinguísticos são, na realidade, trabalhos sobre línguas em contato (WEINREICH, 1953; GUMPERZ, 1958; FERGUSON, 1959; BRIGHT, 1964). Nesse sentido, os pesquisadores destacam que a Sociolinguística se dedica inicialmente a estudos de variação interlinguística e, somente mais tarde, a partir dos trabalhos de Labov (1964, 1966), a estudos de variação intralinguística (SAVEDRA; HEYE, 2006, p. 142). Os autores também enfatizam a questão da distinção terminológica entre a Sociolinguística e a Sociologia da Linguagem. Tal distinção remete a duas maneiras de abordar o mesmo objeto de estudo, que é a língua em uso. A primeira é a variação de uso no sentido “micro”, tendo como base a abordagem quantitativa, representada pelos estudos orientados por Labov na década de 1960, e a segunda, a variação no sentido “macro”, tendo como base os estudos qualitativos, como nos trabalhos de Joshua Fishman, em especial os da década de 1970 e 1990. A segunda vertente, a “macro”, representa a perspectiva qualitativa da Sociolinguística, que apresenta trabalhos qualitativos de cunho etnográfico (cf. GUMPERZ, 1985; BORTONI,



1988). Nesse viés, Savedra e Heye incluem os trabalhos sobre bilinguismo a partir do ponto de vista da comunidade bilíngue, e não simplesmente fazendo referência a um falante bilíngue. Nesse contexto, alinham-se os trabalhos que discutem a necessidade de separar os dois fenômenos (individual e social), reservando o termo “bilinguismo” ao estudo do uso de duas línguas do ponto de vista comunitário ou societal e o termo “bilinguagem”, ao estudo de uso de duas línguas por um único falante (Cf. SAVEDRA, 2003; HEYE, 2003). Assim, o estudo de CL envolve todas as formas e manifestações de bilinguismo, além de fenômenos como padronização de línguas nacionais, o estabelecimento de línguas oficiais, línguas *pidgin*, línguas crioulas, línguas francas, coínés e outras manifestações de CL, sendo assim necessário o seu estudo no âmbito de “Línguas em/de contato”.

Nessa vertente, identificada na primeira década do século atual, encontram-se os trabalhos desenvolvidos sobre línguas minoritárias e/ou minorizadas, línguas indígenas, línguas de imigração, línguas de contato da grande fronteira hispânica nacional, da fronteira francesa (Guiana francesa), fronteira inglesa (Guiana) e fronteira holandesa (Suriname), além de grupos étnicos específicos (ciganos, quilombolas, dentre outros) e os estudos sobre manutenção, revitalização e extinção dessas variedades. A diversidade etnolinguística do Brasil é, assim, reconhecida no âmbito da academia. Podemos constatar uma retomada do que, anteriormente, era considerado (Macro)Sociolinguística ou Sociologia da Linguagem, sendo estudado e pesquisado sob o novo rótulo de Linguística de Contato, como historicizado na Revista da ANPOLL na ocasião da comemoração dos 25 anos do GT de Sociolinguística da Associação (SAVEDRA, 2010).

Dando continuidade a essa perspectiva histórica, os estudos sobre Línguas em/de Contato passam a ser considerados estudos em Sociolinguística de Contato (SC), como apresentado por Savedra numa entrevista concedida a ABRALIN¹ e posteriormente discutidos em uma mesa da mesma Associação, no evento *Linguistics on line*. Essa perspectiva vai ao encontro do trabalho de Jacky Simonin e Sylvie Wharton (2013) que propõem uma tipologia para as situações de contato linguístico, a qual denominam de *Sociolinguistique du contact*.

A mesa, intitulada “Estudos em Sociolinguística de Contato”², foi realizada durante o período pandêmico da COVID-19 e a discussão que surgiu durante o evento está fundamentada na publicação do Cadernos da ABRALIN em 2021 (SAVEDRA, CHRISTINO, SPINASSÉ, ARAÚJO, 2021). Nesse artigo, a área de SC é apresentada como sendo a área que estuda a influência mútua que indivíduos e grupos de indivíduos desempenham uns sobre os outros. Assim, as autoras agrupam diferentes fenômenos típicos do CL em quatro categorias:

- i) fenômenos que tratam de mudança induzida pelo contato (...)
- ii) fenômenos que envolvem manutenção de línguas em situação minoritária, com ou sem prestígio, e também a revitalização linguística, como consequência da manutenção e do reconhecimento linguístico e cultural dessas línguas (...)
- iii) fenômenos que tratam desde o apagamento ou *language shifting* até a morte de línguas, o que ocorre quando uma língua tende a desaparecer ou a se modificar – embora, em muitos

¹ Disponível em: <https://soundcloud.com/user-665371374/monica-savedra?utm_source=clipboard&utm_medium=text&utm_campaign=social_sharing>.

² Disponível em: <<https://aovivo.abralin.org/lives/estudos-da-sociolinguistica-de-contato/>>.

casos, a tendência seja que a língua desapareça, (...) iv) fenômenos do CL que levam à criação de novas línguas, como os *pidgins* e os crioulos, com reestruturação total da gramática (SAVEDRA et al., 2021, p. 5).

Ao propor essa classificação, as pesquisadoras põem em evidência a particularidade de cada situação de contato, que é relativizada pelo contexto de aquisição das línguas e pelo seu uso em diferentes domínios de uso linguístico (familiar, social, educacional, profissional, administrativo, comercial, entre outros). A partir de então, adotamos a denominação de SC para nos referirmos aos estudos desenvolvidos em nosso grupo de pesquisa (LABPEC-UFF) e na Linha de História, Política e Contato Linguístico do Programa de Estudos de Linguagem da Universidade Federal Fluminense (UFF).

2. Sociolinguística de Contato e Política Linguística

Os estudos na área do SC desenvolvidos no Brasil, na primeira década do século XXI, foram incentivados pelo contexto de abertura política, a partir da promulgação da Constituição de 1988, que reconhece, pela primeira vez na História do país, sua diversidade etnolinguística e cultural. O plurilinguismo e o multilinguismo aqui existentes foram muitas vezes reprimidos, negados e rechaçados por governos e ideologias autoritárias, como já pontuado em estudos anteriores sobre o tema, descritos em várias teses e dissertações do nosso Laboratório³.

É importante ressaltar a publicação do livro *Preconceito linguístico, o que é, como se faz* de Marcos Bagno, em 1999, e a tradução do livro *Políticas Linguísticas* de Louis-Jean Calvet, em 2007, que contribuíram para o reconhecimento na abordagem no campo dos estudos linguísticos sociolinguísticos, e essas obras passaram a figurar nas referências das pesquisas em SC e Política Linguística.

A abertura política possibilitada pela Constituição permitiu, no final da década de 1990, a criação de ações glotopolíticas, como definidas por Lagares (2018). Dentre essas ações, destacamos: i) o Grupo de Trabalho sobre Políticas Linguísticas do Setor Educacional do Mercosul (GTPL), que atuou no período de 1997 a 2001. O GTPL era formado por especialistas que se reuniram com o objetivo de propor, coletivamente, políticas linguísticas para o Bloco voltadas ao ensino do espanhol e do português e à construção do plurilinguismo no Mercosul e na América Latina (Carvalho, 2020 citado em Savedra, 2008); ii) o Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística (IPOL), organização não-governamental de pesquisa e assessoria linguística que passou a atuar na assistência da elaboração e execução de políticas linguísticas, num processo evolutivo de intervenção político-linguística à frente de várias ações introduzidas pelo já citado GTPL, tais como o movimento das escolas bilíngues de fronteira (2004), entre outros (MORELLO, 2015). O IPOL foi ainda pioneiro no processo de cooficialização de línguas em situação minoritária. Assim, em 2002, as línguas *Tukano*, *Baniwa* e o *Nheengatu* foram as primeiras línguas indígenas cooficializadas no município de São Gabriel

³ Os estudos estão disponíveis na página do LABPEC: <www.labpec-uff.com.br>.

da Cachoeira, no Amazonas e, em 2007, o Pomerano foi a primeira língua de imigração cooficializada no município de Pancas no Espírito Santo. Posteriormente, com o Decreto 7.387 de dezembro de 2010, é criado o INDL (Inventário Nacional da Diversidade Linguística), quando então ocorre a primeira política pública para o inventariar as línguas reconhecidamente brasileiras (MORELLO, 2012)⁴.

Acompanhando o reconhecimento da diversidade linguística nacional, o GT de Sociolinguística da ANPOLL organizou, em 2007 na PUC-Rio, seu primeiro encontro internacional, que trouxe o tema de SC associado aos estudos em Política Linguística (PL). O Encontro contou com a participação de renomados pesquisadores do GT, bem como de especialistas internacionais: Louis-Jean Calvet, da Université de Provence (França), Ulrich Ammon, da Universität Duisburg-Essen (Alemanha) e Norbert Dittmar, da Freie Universität Berlin (Alemanha)⁵. A constelação de pesquisadores então reunidos reafirmou a importância dos estudos em nível macro para a Sociolinguística e estabelece fortes parcerias internacionais para o GT, que se manifestaram em projetos de colaboração entre o Brasil e a Alemanha (PROBRAL).

A parceria acadêmica, consolidada nesta época com a equipe estrangeira que participou do Encontro, foi ampliada na Universidade Federal Fluminense (UFF), no âmbito da Linha de pesquisa História Política e Contato linguístico do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da UFF, criado em 2010, como consequência do desmembramento do antigo Programa de Pós-graduação em Letras. O novo PPG de Estudos de Linguagem reformula suas Linhas em 2013 e com isso, introduz a Linha História, Política e Contato Linguístico, que tem como temas centrais pesquisas sobre a gestão da diversidade linguística; processos de padronização; questões de identidades linguística e cultural; representações linguísticas; direitos linguísticos e educação linguística.

Paralelamente à criação dessa nova Linha, fundamos o Laboratório de Pesquisas em Contato Linguístico da UFF (LABPEC) que se constituiu em um espaço de pesquisas que reforçou ainda mais a interseção entre a SC e a PL. A configuração atual do LABPEC reúne pesquisadores do Brasil e do exterior, da área de SC e de PL e adota propostas teórico-metodológicas de cunho predominantemente qualitativo, para analisar as diversas ações que uma sociedade faz sobre a linguagem revestidas sob a forma do político, como sintetizado em Lagares (2018). Com a criação do LABPEC, aprofundamos os estudos em SC em consonância com os estudos de PL, divulgados nas teses e dissertações do PPG de Estudos de Linguagem, bem como em publicações de revistas, séries e livros.

Em relação às Revistas, destacamos aquelas do Instituto de Letras da UFF: i) a *Revista Gragoatá*: número 32, intitulado “Política Linguística” (SAVEDRA; LAGARES, 2012); número 42, intitulado “Práticas de linguagem e políticas linguísticas” (SAVEDRA; JUNGBLUTH, 2017); número 54, intitulado “Línguas em contato: perspectivas sociolinguísticas” (GUDRUN; PEREIRA,

⁴ Atualmente, 13 línguas indígenas são cooficializadas em 10 municípios e 9 línguas de imigração, em 41 municípios. Chamamos à atenção que esse processo, desde 2022, é um processo dinâmico, que precisa sempre ser atualizado. Esses números são os divulgados na página do IPOL. Disponível em: <www.ipol.org>. Acessado em: 26 ago. 2023.

⁵ Os trabalhos apresentados neste encontro estão disponíveis no CD de encarte do livro *Sociolinguística no Brasil*, organizado por Savedra e Salgado (2009).

RA, 2021), e ii) o *Caderno de Letras da UFF*: número 53, intitulado “Línguas e culturas em contato” (SAVEDRA; PEREIRA, 2017) e número 62, intitulado “Multilinguismo, discurso e direitos linguísticos” (PEREIRA; SAVEDRA, 2021).

No âmbito da cooperação internacional, destacamos que a *Revista Gragoatá 54* e a *Cadernos de Letras 62* foram organizadas como produtos do projeto Capes-Print-UFF, “Multilinguismo, Direitos Linguísticos e Desigualdade Social” (2018-2024). Também como produto do projeto Print-UFF, na perspectiva dos estudos desenvolvidos em SC, citamos a publicação do livro intitulado *Estudos em Sociolinguística de Contato* (SAVEDRA; ROSENBERG, 2021) e da série *Sprachliche Konstruktion sozialer Grenzen: Identitäten und Zugehörigkeiten / Linguistic Construction of Social Boundaries: Identities and Belonging*, editada por Jungbluth e Savedra pela Editora Peter Lang, como produto das cotutelas do PROBRAL II (CAPES-DAAD) entre a UFF e a Europa-Universität Viadrina. As demais publicações dessa parceria estão resenhadas na página do LABPEC.

No que diz respeito aos conceitos e definições da área de PL, as pesquisas produzidas no LABPEC são articuladas, principalmente, pelo aporte teórico dos trabalhos de Calvet, Cooper, Hamel, Spolsky, Lagares, Del Vale, Lucchesi, Blanchet e Bagno. De Louis-Jean Calvet, aludimos ao histórico da área de PL nos estudos sociolinguísticos, à definição dos diferentes tipos de gestão (*in vivo* e *in vitro*), ao lugar das representações linguísticas, à crítica ao colonialismo linguístico. Quanto a Cooper, sua contribuição é bastante valiosa, para avaliarmos as PL na perspectiva de políticas públicas. Hamel tem sido uma referência nos estudos das línguas em situação minoritária e nos estudos em educação linguística, especialmente do bilinguismo entre línguas indígenas e o espanhol. Bernard Spolsky, com sua proposta de análise baseada na tríade prática, gestão e crenças linguísticas, se apresenta com uma das teorias que mais vai ao encontro da perspectiva da SC. A perspectiva da glotopolítica foi difundida no Brasil por Lagares, com base nos trabalhos de Guespin & Marcellesi (1986). Essa perspectiva amplia a interdisciplinaridade dos estudos em PL e ressalta a importância de um olhar crítico para as situações de CL. Finalmente, Lucchesi, Blanchet e Bagno vêm sendo referências para as temáticas relacionadas ao preconceito linguístico.

Em comemoração aos 10 anos do Laboratório, promovemos, no ano de 2023, um debate histórico entre os pesquisadores do LABPEC Louis-Jean Calvet e José Del Valle, mediado por Xoán Lagares, em torno dos conceitos de PL e de glotopolítica⁶.

Durante esse debate, observamos que a gestão *in vitro*, como definida por Calvet, vem sendo analisada nas pesquisas do Laboratório de forma articulada com a perspectiva glotopolítica, afinal, a produção de leis também pode ser um dos primeiros passos para a garantia dos direitos linguísticos. De fato, os trabalhos que se debruçam sobre leis e decisões não abstraem de sua análise os contextos sócio-históricos nos quais são produzidos e sobre os quais incidem, tampouco abstraem as dinâmicas de poder que subjazem a essa gestão, nem a relação das decisões

⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?app=desktop&fbclid=IwAR1GWicDQY6ZYCVImBb12oeVJsvJTpkuWVP-FDEVmWg3sliBhD-MzDyDC0k_aem_Ad_FR0jAee4dtwvc30rXl4_eFbILLhGwcmIbl4o-6F12Dg3sVJ90uGA3m4XfGITmhM&v=C-0QZln_nNZl&feature=youtu.be&mixid=Zxz2cZ>. Data de acesso 24/11/2023>.



com as práticas linguísticas. Além disso, as pesquisas consideram que o espaço da gestão linguística é sempre de conflito, e a gestão *in vivo* é geralmente o lugar do movimento de resistência dos falantes. Daí, a política para a cooficialização das línguas minoritárias, o movimento do “Fica Espanhol” na esfera legislativa de ensino de línguas adicionais e o reconhecimento da LIBRAS.

Um conjunto de leis linguísticas é a base do trabalho de Rodrigues (2010), conjunto este que a autora denomina de “arquivo” e o divide em dois grupos: os arquivos judiciais e os arquivos legislativos. Os primeiros correspondem às leis imperativas, decididas verticalmente (normas jurídicas, sanções etc.). O segundo grupo compreende documentos de diferentes gêneros e dizem respeito ao processo de tramitação. De acordo com Rodrigues, os dados mais interessantes para análise emanam dos discursos relacionados às proposições, às justificativas e aos pareceres durante esse processo.

Nos exemplos a seguir, os pesquisadores do LABPEC ilustram essa articulação, com base nos estudos de PL defendidos no Programa de Estudos de Linguagem, na Linha História, Política e Contato Linguístico.

3. LABPEC: exemplos de estudos na interseção SC-PL

Dentre as temáticas mais abordadas nas teses e dissertações⁷ desenvolvidas no LABPEC, destacamos: i) migração (manutenção, revitalização e perda); ii) refúgio e acolhimento; iii) representação linguística; identidade e normas; iv) línguas em situação minoritária; v) línguas de sinais e educação linguística.

Relatamos aqui alguns exemplos desses estudos. No contexto que envolve o CL provocado pelas línguas de imigração, podemos citar a tese de Gaio (2017). O autor aponta a perda do uso da língua italiana em contexto de imigração urbana no eixo Rio de Janeiro-Juiz de fora. Gaio realizou uma pesquisa qualitativa, com uso de entrevistas e questionários dirigidos aos descendentes de italiano da região, além da análise de documentos que tinham o uso da língua no início da imigração no século XIX. O autor conclui que processos de etnicidade linguística em movimento apontam para o apagamento da língua, apagamento este que convive com movimentos particulares de preservação da cultura italiana provocada por processos de transculturalidade, revelados nos “Brasileíritos” da região: brasileiros para todos os efeitos, mas que têm sua italianidade despertada em momentos particulares, para expor os traços da imigração italiana. Fica, assim, provada a perda da língua, mas a manutenção da cultura de herança de imigração.

O segundo exemplo desse tipo trata da imigração pomerana que ocorreu a partir da segunda metade do século XIX. Mazzelli (2022), ao analisar o contexto de imigração pomerana em determinados municípios do Espírito Santo, em especial em contextos de imigração rural, conclui que houve manutenção da língua ao longo de várias gerações, favorecida pelo isolamento. Nesse caso, a assimilação da língua e da cultura local (brasileira/capixaba) não acarreta a perda da

⁷ Até o momento, já foram defendidas 30 dissertações de Mestrado e 21 Teses de Doutorado.

língua e cultura originais do contexto de imigração. A autora analisa os efeitos glotopolíticos gerados pela presença da língua pomerana em ambientes digitais e sua incidência sobre o uso da língua na região. A metodologia de pesquisa também é qualitativa, indutiva, interpretativa e de base etnográfica, e Mazzelli também utiliza do campo físico e do campo digital para concluir sua pesquisa, posto que a mesma ainda ocorreu em período de pandemia. Os resultados encontrados com a investigação da pesquisadora apontam para a manutenção e revitalização do Pomerano, língua minoritária e sem prestígio, mas que é reconhecido pela política de cooficialização desde 2007 em vários municípios do estado. A autora reforça ainda a tese apresentada por Savedra e Mazelli (2017) de que o Pomerano já se tornou uma língua neautóctone brasileira.

Ainda no contexto migratório do início do século XX, citamos a tese de Carlos Neto (2020) que aborda as manifestações etnolinguísticas e culturais de uma coíné “Nipo-brasileira”: a *Koroniago*. O trabalho investiga esta variedade linguística decorrente do contato entre a língua japonesa e a língua portuguesa no contexto imigratório em questão, buscando evidenciar, através de obras escritas por nipo-brasileiros, traços de “nipo-brasilianidade” existentes no léxico dessas produções escritas. O autor utilizou em seu estudo testes de inteligibilidade dialetal estabelecidos por Casad (1974, 2005), que permitiram aferir a distância e/ou proximidade de variedades linguísticas inteligíveis, assim como questionários, para verificar a identidade “nipo-brasileira” dos sujeitos. Os resultados apontam para a distância dialetal existente entre a *Koroniago* no nível lexical e o japonês padrão, já que há um baixo grau de inteligibilidade pelos informantes japoneses nos léxicos levantados na investigação. O autor conclui que há evidência de um dos fenômenos da SC, aquele que ocorre pela mudança induzida pelo contato com empréstimos e alternância de códigos (*code-switching*, *code-mixing*).

A tese de Castro (2022), por sua vez, é um bom exemplo da importância de olharmos para o passado, para combatermos as sombras glotofóbicas. A pesquisadora analisa o primeiro governo Vargas (1930-1945), período no qual as comunidades de imigrantes sofreram muitas restrições contra o uso e aprendizagem de suas línguas. A pesquisadora lança luz principalmente sobre o papel da Associação Brasileira de Educação, que apoiou abertamente a gestão linguística do Estado em uma revista publicada trimestralmente. Com base nos estudos em PL, ela examinou documentos do acervo da Associação Brasileira de Educação (ABE), composto por originais conservados na sede da ABE, na cidade do Rio de Janeiro, e também os arquivos digitalizados armazenados no *site* do Museu Virtual da Educação. O *corpus* principal da pesquisa é composto por 20 números da *revista Educação*, publicados de fevereiro de 1939 a dezembro de 1944, e pelos *Anais do VIII Congresso Brasileiro de Educação*, realizado em junho de 1942. Além disso, Castro também analisou outros documentos históricos auxiliares (atas de reuniões, relatórios, correspondências etc.). A autora conclui que “As políticas linguísticas repressivas implementadas pelo governo Vargas durante o Estado Novo não foram capazes de eliminar totalmente as línguas de imigrantes”, fazendo uma referência ao processo de cooficialização de línguas em situação minoritária em curso no Brasil.

Ainda sobre as propostas de intervenção político-linguística na primeira metade do século XX, temos como exemplo a tese de Luciano Monteiro. O trabalho de Monteiro (2021), de natureza qualitativa e documental, tem como foco o *I Congresso da Língua Nacional cantada*,



organizado em 1937 por Mário de Andrade, em São Paulo. Dentre as contribuições dessa pesquisa, destacamos o intento bem-sucedido do autor em demonstrar como esse evento articulou “interpretações políticas, estéticas e científicas daquilo que se entendia como língua nacional” (p. 8). Monteiro aponta que participantes do congresso tentaram estabelecer um padrão “culto” de pronúncia para o português falado no Brasil, padrão esse que deveria ser adotado desde os cursos de teatro, passando pelo canto erudito até chegar às escolas públicas de todo o país. Para o autor da pesquisa, a imposição de uma versão modificada da fala carioca, eleita por eles como a mais evoluída em detrimento da realidade linguística do país, corresponde a uma estratégia de dominação que caracteriza as práticas colonialistas, como bem salienta Calvet (2002). O trabalho de Luciano Monteiro recebeu o prêmio CAPES 2022 de melhor tese em Linguística e Literatura.

Os contextos contemporâneos de refúgio e de acolhimento também fazem parte do escopo das pesquisas do Laboratório. A tese de Débora Costa (2018) focaliza a migração haitiana no Rio de Janeiro. Sua tese foi desenvolvida em cotutela com a Europa-Universität Viadrina. A metodologia utilizada foi qualitativa, de cunho etnográfico, e o *corpus* foi composto por entrevistas, abertas e semiabertas, e de notas de campo oriundas de observação participante (a pesquisadora morava no mesmo bairro que o grupo de refugiados e trabalhou diretamente com eles, como sua professora). Costa apresenta uma proposta metodológica de análise baseada em narrativas, para estudar as representações sociolinguísticas. No que se refere ao estudo das representações, a pesquisadora sugere a separação entre o enfoque no fenômeno *per se* e no fenômeno enquanto ferramenta de reconstrução/negociação identitária, sobre a qual ela destaca três funções: ideológica, social e comunicativa.

Os estudos de Balestro et al. (BALESTRO; PEREIRA, 2019; BALESTRO, 2020; CASTELLAIN; BALESTRO; PEREIRA, 2020) propõem uma reflexão sobre os direitos linguísticos, as barreiras linguísticas e o aparato linguístico com que se depara um solicitante de refúgio no estado do Rio de Janeiro. Os Direitos Linguísticos vêm sendo discutidos no Brasil nos trabalhos de Abreu (2016) e Rodrigues (2018) e o tema passou a ser abordado na disciplina Políticas Linguísticas, do PPG Estudos de Linguagem da UFF. Assim, em sua pesquisa de mestrado, Balestro (2020) utiliza uma metodologia descritiva e documental, baseada ainda em seu conhecimento empírico do contexto, considerando que se trata de uma pesquisadora engajada em trabalhos voluntários voltados para o acolhimento. Balestro atuou no projeto Abraço Cultural e na Cáritas, no Rio de Janeiro, e no atendimento a refugiados no Instituto Migrações e Direitos Humanos, em Brasília. Em sua pesquisa, a autora detalha o quanto a falta de informação e de acesso a direitos básicos, bem como o não reconhecimento das diversidades linguística e cultural envolvidas no processo migratório podem agravar a situação de vulnerabilidade dos refugiados.

Quanto às línguas em situação minoritária, foram tratados nos últimos cinco anos alguns temas de inclusão, representações sociais sobre surdos e línguas de sinais, estudos sobre glotopolítica no âmbito da comunidade surda, além de outras investigações formais sobre questões estruturais da Libras. Nesse tema, citamos dois trabalhos. O primeiro refere-se à tese de Tathiana Prado Dawes (2021), que envolveu a PL para a Língua de Sinais Brasileira – LIBRAS. A tese teve como objeto de estudo compreender como acontecem os processos de validação de sinais

terminológicos da área de Biologia, a partir de pesquisa de campo realizada no Projeto Surdos desenvolvido na UFRJ e, mais especificamente, os critérios e métodos de aceitação/rejeição de sinais. A metodologia utilizada é qualitativa, tendo como etapas a análise documental e o trabalho de campo no Projeto Surdos do Laboratório Didático de Ciências para Surdos – LadiCS, do Instituto Bioquímica Leopoldo Meis – IBqM, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. A pesquisa bibliográfica abrangeu obras lexicográficas impressas e digitais de Libras do século XIX até a primeira metade do século XXI, resultando na análise de estruturas micro e macro. A autora discute métodos de validação, apontando questões de política linguística identificadas na escolha dos sinais. Nesse trabalho, também é feito um histórico das leis que se ocupam da forma da língua, do uso que as pessoas surdas e ouvintes fazem da língua e da defesa da língua. A autora destaca o primeiro documento de 2002, ano que o Brasil deu um grande passo em direção a uma sociedade inclusiva, ao reconhecer a Libras como “meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais [...] com estrutura gramatical própria” (BRASIL, 2002), garantindo o direito linguístico da comunidade surda. Nessa tese, há também a menção à publicação do segundo documento, o decreto nº 5.626, de 2005, que estabelece, dentre outras recomendações, o ensino de Libras como disciplina obrigatória nos cursos de Licenciatura em Letras, Fonoaudiologia, Pedagogia, e nos demais cursos, como disciplina optativa. Nesse sentido, para além de uma língua utilizada nas comunicações cotidianas, a Libras pode ser e tem sido mais presente em contextos escolares e acadêmicos, dada a cada vez mais numerosa presença de estudantes surdos nas escolas e universidades, o que tem impulsionado, nos últimos vinte anos, uma enorme expansão lexical dessa língua nos mais variados campos do conhecimento. A autora aponta a importância da questão da legislação como ideologia de estado para línguas minoritárias.

O segundo exemplo de trabalhos com ênfase em línguas em situação minoritária é o de Alexandre Guedes Pereira Xavier (2023) que teve por objetivo, no âmbito das relações entre língua e direitos humanos, dimensionar o alcance da igualdade linguística – igualdade de línguas, variedades e falantes –, a partir da condição e da ação das pessoas surdas. O autor desenvolveu uma pesquisa qualitativa, partindo do pressuposto de que a afirmação do direito às línguas de sinais é um instrumento internacional, vinculante de direitos humanos. Xavier elaborou seu estudo em torno dos seguintes tópicos: i) da condição liminar na vida de pessoas surdas; ii) das relações entre o princípio da igualdade linguística e mecanismos desigualitários no Sistema Internacional de Proteção dos Direitos Humanos das Nações Unidas; iii) de atos de cidadania para as pessoas surdas. A pesquisa concluiu que o princípio da igualdade linguística vem pautando os processos de subjetivação política e afirmação das línguas de sinais e das pessoas em comunidades surdas. O autor mostrou ser necessário tornar tal princípio um eixo de luta política e construção coletiva de mudança, ao lado da igualdade de gênero e da igualdade racial.

O último exemplo que trazemos refere-se à questão das línguas indígenas. Luciana Oliveira Farina (2022) investigou, em sua dissertação, as ações glotopolíticas voltadas para o reconhecimento e uso da língua *guarani mbya* nas aldeias *Ka'aguy Hovy Porã* (Aldeia Mata Verde Bonita) e *Pevaé Porã Ará Hovy Py* (Aldeia Sítio do Céu), em Maricá, município da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. Moradora do município, Farina destaca o reconhecimento do direito dos indígenas à diferença e ao uso de suas línguas. A pesquisa foi desenvolvida durante o



período da COVID-19, o que limitou bastante a metodologia planejada anteriormente pela pesquisadora. Assim, ela desenvolveu um estudo qualitativo-interpretativo, de cunho documental, com análise de narrativas e representações relacionadas aos grupos indígenas, fragmentadas em múltiplos espaços de enunciação. Sua análise demonstrou as relações de conflito e de preconceito por parte dos demais moradores da região.

Considerações finais

Em 1973, quando o professor Paulino Vandresen afirmou que existe um grande “campo de pesquisas sociolinguísticas nas áreas de colonização estrangeira aguardando pesquisadores que determinem todos os fatores sociais que expliquem o comportamento linguístico destas populações” (VANDRESEN, 1973, p. 10), certamente não podia aprofundar a vertente política desses fatores em seus trabalhos na área da Sociolinguística e das LC, posto que ainda era uma época de liberdade cerceada. Além disso, a PL ainda era uma área de estudo muito recente, e praticamente inexistente no Brasil. Felizmente, os tempos são outros e nossos jovens pesquisadores vêm se dedicando a olhar as práticas linguísticas sob o viés das relações de conflito que permeiam as línguas em/de contato.

Com a apresentação desses trabalhos, procuramos demonstrar não apenas os resultados das pesquisas elaboradas pelo LABPEC, mas também parte do percurso teórico e metodológico das disciplinas que ministramos no PPG Estudos de Linguagem: Línguas em Contato e Políticas Linguísticas. Embora oferecidas separadamente, na prática elas constituem o cerne do nosso grupo de pesquisa e da Linha na qual são ofertadas. Assim, para além dos estudos ancorados na área da SC, a análise dos contextos de CL demanda uma abordagem multidisciplinar, razão pela qual nossos alunos são convidados a dialogar com leituras e experiências advindas de outras áreas.

Afinal, como entender a diversidade e os conflitos linguísticos, os efeitos linguísticos do colonialismo, da escravização, dos fluxos migratórios, a discussão em torno das normas, as ideologias opressoras, sem visitar museus, vasculhar documentos e leis, conversar com moradores e reconhecer suas práticas, sem passar, por exemplo, pela leitura de *Nós e os outros*, de Todorov (1993), do *Imigrante ideal*, de Mario Koifman (2012), de *Rio Babel*, de Bessa Freire (2004), entre tantas outras leituras e convivências que tornam as produções acadêmicas do LABPEC genuinamente inteligentes?

Concluimos o presente estudo trazendo questões para a reflexão e a partir das quais se mantém um debate constante em torno do tema das PL nas diferentes situações de CL:

- i. A importância da análise de práticas linguísticas (orais e escritas) como material de referência político-ideológica para diferentes situações de contato, estabelecidas em diferentes contextos geográficos, históricos e sociais, que possam resultar em um dos princípios apontados nesse estudo como sendo fatores de SC;
- ii. A importância da análise das leis como elementos de construção de políticas públicas e, conseqüentemente, como elemento central para análise da questão ideológica, perpassan-

do pela regularidade dos discursos legislativos. E, neste ponto, citamos a tese de Rodrigues (2010).

- iii. A importância das políticas de reparação à repressão e discriminação linguísticas tão presentes na história do nosso país. A relevância do documento elaborado em colaboração entre a Defensoria Pública junto a pesquisadores da UnB e como tais discriminações e repressões se relacionam com as PL vigentes num movimento de redução das línguas do Brasil em indigenismos, africanismos e regionalismo (MORELLO, 2019).

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

Ambas as autoras contribuíram igualmente.

CONFLITO DE INTERESSES

As autoras não têm conflitos de interesses a declarar.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Ricardo Nascimento. Prolegômenos para a compreensão dos direitos linguísticos: uma leitura a partir da Constituição da República Federativa do Brasil. *In: FREITAG, R. M. K. et al. Sociolinguística e Política linguística: olhares contemporâneos*. São Paulo: Blucher, 2016, p.161-18.
- BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. São Paulo: Loyola, 2014.
- BALESTRO, Ana Cristina; PEREIRA, Telma. Língua e cultura na feminização das migrações no Brasil. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Unicamp, Campinas, v. 58, p. 779-794, 2019.
- BALESTRO, Ana Cristina. **Acolhimento linguístico no Rio de Janeiro: uma odisseia**. 122 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.
- BAPTISTONE, Shirlei Almeida. **O processo de construção de uma língua “legítima”**: o caso do FLE no Brasil. 156 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.
- BESSA FREIRE, José Ribamar. **Rio Babel: a história das línguas na Amazônia**. Rio de Janeiro: EDUERJ/Atlântica, 2004.
- BLANCHET, Philippe. **Discriminations: combattre la glottophobie**. Paris: Éd. Textuel, 2016.
- BRIGHT, William. The dimensions of Sociolinguistics. *In: Sociolinguistics: Proceeding of the UCLA Sociolinguistics Conference, 1964*. The Hague: Mouton, p.17-22, 1966.
- CALVET, Louis-Jean. **As Políticas Linguísticas**. Florianópolis e São Paulo: Ipol/Parábola. 2007.
- CALVET, Louis-Jean. **Linguistique et colonialisme: petit traité de glottophagie**. Paris: Payot, 2002.



CASTELLAIN, Maria Clara; BALESTRO, Ana Cristina; PEREIRA, Telma. Políticas linguísticas em contexto de migração e refúgio: o direito fundamental de se expressar. **Cadernos de Linguística**, v. 1, n. 2, p. 01-15. 2020. Disponível em: <<https://cadernos.abralin.org/index.php/cadernos/article/view/190>>. Acesso em: 27 ago. 2023.

CASTRO, Pedrina Barros de. **Tramando redes, silenciando vozes**: a Associação Brasileira de Educação e a Campanha de Nacionalização do Ensino do Estado Novo. 132 f. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem, Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022.

COSTA, Débora Amaral da. **Negociação de identidades e formação de novas representações sociais em narrativas de migração**: uma proposta metodológica. 280 f. Tese de Doutorado em Estudos da Linguagem – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

DAWES, Tathianna Prado. **Validação de sinais em contexto institucional específico**: sinais-termo para Biologia. 196 f. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem, Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

FARINA, Luciana Oliveira. **O Direito ao uso da Língua Mbya como ato político e de reexistência**: um olhar glotopolítico sobre o contexto das Aldeias Guarani Mbya em Maricá-RJ. 146 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem, Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022.

FERGUSON, Charles A. Diglossia. **WORD**, v. 15, p. 325-340, 1959.

FREIRE, José. Rio Babel: Histórias das Línguas na Amazônia. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2004.

GAIO, Mário. **Etnicidade linguística em movimento**: os processos de transculturalidade revelados nos brasileiro-italos do eixo Rio de Janeiro-Juiz de Fora. 303 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Instituto de Letras. Universidade Federal Fluminense. 2017.

GUESPIN, Louis; MARCELLESI, Jean-Baptiste. **Pour la glottopolitique**. *Langages*, França, n. 83, p. 5-34, 1986.

GUMPERZ, John. Dialect Differences and Social Stratification in a North Indian Village. **American Anthropologist**, v. 60, n. 4, p. 668-682, 1958.

GUMPERZ, John. **Discourse strategies**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

HEYE, Jürgen. Línguas em contato: considerações sobre bilinguismo e bilingualidade. *In*: RONCARATI, Cláudia; ABRAÇADO, Jussara. **Português Brasileiro**: contato linguístico, heterogeneidade e história. Rio de Janeiro: 7 Letras, p. 229-235, 2003.

HEYE, Jürgen; SAVEDRA, Mônica (Orgs.). **Revista Palavra**, n. 11, Volume Temático “Línguas em Contato”, 2003.

KOIFMAN, Fábio. **Imigrante ideal**: o ministério da justiça e o aperfeiçoamento da raça (1941-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

LABOV, William. **The social stratification of English in New York City**. Washington: Center for Applied Linguistics, 1966.

LABOV, William. Stages in the acquisition of standard english. *In*: SHUY, R. (Ed.). **Social dialects and language learning Campaign**: National Council of Teachers of English, p.77-103, 1964.



LAGARES, Xoán Carlos. **Qual política linguística? Desafios glotopolíticos contemporâneos**. São Paulo: Parábola, 2018.

LEDEGEN, Gudrun; PEREIRA, Telma. Línguas em contato: perspectivas sociolinguísticas. **Gragoatá**, v. 26, n. 54, 5-10, 2021.

MAZZELLI, Letícia. **Língua Pomerana em ambientes digitais**: efeitos glotopolíticos em Domingos Martins, Espírito Santo. 416 f. Tese. (Doutorado em Estudos de Linguagem), Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem, Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022.

MORELLO, Rosângela. Uma política pública e participativa para as línguas brasileiras: sobre a regulamentação e a implementação do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL). **Gragoatá**, v. 17, n. 32, 30 jun. 2012.

MORELLO, Rosângela (Org.). **Leis e línguas no Brasil: o processo de cooficialização e suas potencialidades**. Florianópolis: IPOL, 2015.

MORELLO, Rosângela. Multilinguismo e ensino nas fronteiras. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, SP, n. 43, p. 217-236, 2019. DOI: 10.20396/lil.v0i43.8658350. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/lil/article/view/8658350>>. Acesso em: 2 jun. 2023.

MONTEIRO, Luciano. **Modernismo como política de língua**: o Congresso da Língua Nacional Cantada (1937). 258 f. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem), Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem, Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

PEREIRA, Telma; SAVEDRA, Mônica. Multilinguismo, discurso e direitos linguísticos. **Cadernos de Letras da UFF**, v. 32, n. 62, p. 8-12, 30 jul. 2021.

RODRIGUES, Fernanda Castelano. A noção de direitos linguísticos e sua garantia no Brasil: entre a democracia e o fascismo. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, SP, v. 42, n. 42, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/lil/article/view/8661563>>.

RODRIGUES, Fernanda Castelano. **Língua viva, letra morta**: obrigatoriedade e ensino de espanhol no arquivo jurídico e legislativo brasileiro. 342 f. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2010.

SAVEDRA, Mônica. Línguas majoritárias e minoritárias no Mercosul: a questão de línguas oficiais, línguas de trabalho e língua de ensino. *In*: DA HORA, D.; LUCENA, R. M. (Orgs.). **Política linguística na América Latina**. João Pessoa: Editora Universitária, p. 115- 126, 2008.

SAVEDRA, Mônica. Estudos e Pesquisas em Sociolinguística no contexto plurilíngue do Brasil. **Revista da ANPOLL: 25 anos. Linguística: percursos e perspectivas**, v. 1, n. 29, p. 219-234, 2010.

SAVEDRA, Mônica. Línguas em contato e educação bilíngue no Brasil. Revista **Palavra**, n. 11. Rio de Janeiro: Editora Trarepa, 2003.

SAVEDRA, Mônica; HEYE, Jürgen. Línguas em contato: aspectos sociolinguísticos e políticas de línguas minoritárias. *In*: RAMOS, Jânia (Org). **Estudos Sociolinguísticos**: os quatro vértices do GT da ANPOLL. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2006.

SAVEDRA, M. M. G.; LAGARES, X. C. Política e planificação linguística: conceitos, terminologias e intervenções no Brasil. **Gragoatá**, v. 17, n. 32, 30 jun. 2012.



SAVEDRA, Mônica; SALGADO, Ana Cláudia. **Sociolinguística no Brasil**: uma contribuição dos estudos sobre línguas em/de contato. Rio de Janeiro: 7letras, 2009.

SAVEDRA, Mônica; PEREIRA, Telma. Línguas e culturas em contato. **Cadernos de Letras da UFF**, v. 26, n. 53, p.11-16, 15 jan. 2017.

SAVEDRA, Mônica; JUNGBLUTH, Konstanze. Apresentação. **Gragoatá**, v. 22, n. 42, p. 5-12, 2017.

SAVEDRA, Mônica; MAZZELLI, Leticia. A língua pomerana em percurso histórico brasileiro: uma variedade (neo)autóctone. **Working Papers em Linguística**, Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 6-22, 2017.

SAVEDRA, Mônica; CHRISTINO, Beatriz.; PUPP SPINASSÉ, Karen.; ARAÚJO, S. S. de F. Studies in contact sociolinguistics in Brazil: ethnolinguistic diversity in focus. **Cadernos de Linguística**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. e315, 2021. Disponível em: <<https://cadernos.abralin.org/index.php/cadernos/article/view/315>>. Acesso em: 27 aug. 2023.

SAVEDRA, Mônica; ROSENBERG, Peter (Orgs). **Estudos em sociolinguística de contato**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021.

SIMONIN, Jacky; WHARTON, Sylvie. **Sociolinguistique du contact. Dictionnaire des termes et concepts**. ENS Éditions: Lyon, 2013.

TODOROV, Tzvetan. **Nós e os Outros. A reflexão francesa sobre a diversidade humana**. Trad. Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor 1993.

VANDRESEN, Paulino. Tarefas da Sociolinguística no Brasil. **Revista de Cultura Vozes**, n. 8, Petrópolis, Rio de Janeiro, p.605-611, 1973.

WEINREICH, Uriel. **Languages in contact, findings and problems**. New York: Linguistic Circle of New York, 1953.

XAVIER, Alexandre Guedes Pereira. **Língua e direitos humanos**: pessoas surdas na construção da igualdade linguística. 423 f. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem, Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2023.